



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

INSTRUÇÃO NORMATIVA 1/2026/REIT - CGAB/REIT**PROCESSO SEI Nº 23243.005207/2025-80****DOCUMENTO SEI Nº 2899074**

Dispõe sobre os valores dos auxílios estudantis concedidos no âmbito dos Programas de Assistência Estudantil e de participação em eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFRO), nomeado pelo [Decreto Presidencial de 13 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial da União \(DOU\) nº 111, de 14 de junho de 2023, Seção 2, pág. 1](#), no exercício de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 69 do Regimento Geral do IFRO, aprovado pela [Resolução nº 65/Consup/IFRO, de 29 de dezembro de 2015](#), e suas alterações; considerando a [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União \(DOU\) nº 253, de 30 de dezembro de 2008, Seção 1, págs. 1-3, e suas atualizações](#); em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) e da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, e em conformidade com o Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE), aprovado pela [Resolução nº 38/REIT - CONSUP/IFRO, de 16 de julho de 2025](#), tendo em vista os autos do Processo SEI nº 23243.005207/2025-80, normatiza:

Art. 1º Programa de Auxílio Complementar (PROAC): O Auxílio Complementar poderá ter valor mensal máximo de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais), observadas a necessidade do estudante e a disponibilidade financeira da unidade.

Parágrafo único. Serão priorizados estudantes indígenas, quilombolas, estudantes com deficiência, estudantes oriundos de comunidades tradicionais e demais estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 2º Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (PROSAPEX): Para solicitações que envolvam aquisição de órteses, próteses, consultas, exames e demais demandas previstas no REPAE, o estudante deverá apresentar três cotações, bem como comprovar a situação de vulnerabilidade socioeconômica.

§ 1º A aquisição de óculos será limitada ao valor de até R\$ 600,00 (seiscentos reais), considerada a menor cotação apresentada.

§ 2º Em casos de lentes especiais ou outras exigências específicas, o valor poderá ser superior, mediante análise e aprovação da Comissão de Elaboração de Editais, Análise e Concessão de Auxílios (CEAC), condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 3º Programa de Auxílio Moradia (PROMORE): O Auxílio Moradia terá valor mensal de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais), destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de outras cidades ou de zonas rurais.

Parágrafo único. Considerados os valores locais de aluguel e a disponibilidade orçamentária, a unidade poderá autorizar valor superior ao previsto no caput, desde que devidamente justificado pela CAE/DAE e aprovado pela Direção-Geral.

Art. 4º Monitoria e Mediação: Os valores pagos a título de monitoria ou mediação serão definidos conforme a carga horária semanal dedicada às atividades. Os valores são:

I - até 4 horas semanais: R\$ 200,00 (duzentos reais);

II - até 8 horas semanais: R\$ 300,00 (trezentos reais); e

III - até 12 horas semanais: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 5º Ações de Inclusão e Diversidade: Os auxílios ou bolsas vinculados a programas de inclusão e diversidade terão valor mensal de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme previsto em edital específico.

Parágrafo único. Para ações inclusivas destinadas a estudantes com deficiência ou a estudantes bolsistas de cursos superiores, os valores poderão chegar a até R\$ 800,00 (oitocentos reais), respeitada a proporcionalidade da carga horária e a previsão editalícia.

Art. 6º Programa de Auxílio à Permanência (PROAP): O valor mensal do PROAP será definido por cada *campus*, em conformidade com o REPAE 2025. Observe-se:

I - o planejamento anual da Assistência Estudantil;

II - a análise da CEAC;

III - os critérios de vulnerabilidade definidos pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS); e

IV - a disponibilidade orçamentária.

Art. 7º Vigência dos Auxílios: Os auxílios têm prazo de vigência. Serão concedidos:

I - conforme os períodos definidos em edital; ou

II - de acordo com a necessidade específica da ação, no caso do PROSAPEX e do PROAC, respeitada, em qualquer hipótese, a disponibilidade financeira da unidade.

Art. 8º Participação em Eventos: Para atividades de ensino, pesquisa e extensão que impliquem a participação de estudantes em eventos científicos, culturais, artísticos ou esportivos. Os auxílios poderão contemplar:

I - inscrição: conforme o valor definido pelo evento;

II - passagem e hospedagem: conforme cotação realizada para a localidade do evento;

III - auxílio deslocamento: no valor de R\$ 100,00 (cem reais), nos deslocamentos interestaduais, destinado a cobrir despesas entre o local de embarque/desembarque e o local do evento ou hospedagem;

IV - auxílio alimentação em viagens internas: até R\$ 100,00 (cem reais) por dia; e/ou

V - auxílio alimentação em viagens interestaduais: até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por dia.

Parágrafo único. O auxílio alimentação será concedido conforme o tempo de deslocamento:

a) até 2 horas: não fará jus;

b) de 2 até 4 horas: 25% do valor do auxílio;

c) de 4 até 8 horas: 50% do valor do auxílio; ou

d) a partir de 8 horas: 100% do valor do auxílio.

Art. 9º Os estudantes beneficiados deverão apresentar comprovante de participação no evento, conforme o Capítulo III da [Resolução nº 38/REIT - CONSUP/IFRO, de 16 de julho de 2025](#), no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da finalização da atividade.

Art. 10. Nos eventos em que a inscrição, alimentação, hospedagem e transporte/deslocamento forem custeados integralmente pelo proponente, o estudante não fará jus ao recebimento dos respectivos auxílios.

Art. 11. Poderão ser pagos valores inferiores aos estabelecidos nesta Instrução Normativa, desde que devidamente justificados pelo setor ou servidor demandante.

Art. 12. É vedado ao estudante:

I - transferir o benefício a terceiros; e

II - receber ou permitir o recebimento do auxílio em nome de terceiros.

Art. 13. Os casos omissos serão analisados pela Pró-Reitoria de Ensino, mediante manifestação da CAE/DAE e anuência da Direção-Geral da unidade.

Art. 14. Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa 3/2023/REIT - CGAB/REIT (SEI nº 1896580); e

II - a Instrução Normativa 3/2023/REIT - PROEN/REIT (SEI nº 1901127).

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA CARLA GRAVENA CÂNDIDO DA SILVA
Pró-Reitora de Ensino Substituta

MOISÉS JOSÉ ROSA SOUZA
Reitor



Documento assinado eletronicamente por **Moisés José Rosa Souza, Reitor(a)**, em 22/01/2026, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Carla Gravena Cândido da Silva, Pró-Reitor(a) de Ensino Substituto(a)**, em 22/01/2026, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2899074** e o código CRC **A5C1FF3F**.